

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A COOPERAÇÃO EM DEFESA SINO-AFRICANA E A BUSCA POR AUTONOMIA:  
ENTRE A MILITARIZAÇÃO DEPENDENTE E A DEPENDÊNCIA ESTRATÉGICA**

KAMILLY GOMES AGUIAR

UBERLÂNDIA  
2025

KAMILLY GOMES AGUIAR

**A COOPERAÇÃO EM DEFESA SINO-AFRICANA E A BUSCA POR AUTONOMIA:  
ENTRE A MILITARIZAÇÃO DEPENDENTE E A DEPENDÊNCIA ESTRATÉGICA**

Projeto de mestrado apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Edson José Neves Jr.

UBERLÂNDIA

2025

KAMILLY GOMES AGUIAR

**A COOPERAÇÃO EM DEFESA SINO-AFRICANA E A BUSCA POR AUTONOMIA:  
ENTRE A MILITARIZAÇÃO DEPENDENTE E A DEPENDÊNCIA ESTRATÉGICA**

**Projeto de mestrado apresentado ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Edson José Neves Jr.**

---

**Prof. Dr. Flávio Pedroso Mendes**

---

**Prof. Dr. Matheus de Oliveira Pereira**

## **RESUMO**

Em que medida a cooperação em defesa sino-africana tem contribuído para reconfigurar, ou reproduzir, as estruturas de dependência militar no continente africano? Partindo desse questionamento, o presente projeto busca examinar os efeitos da cooperação em defesa sino-africana, avaliando se constitui um mecanismo de ampliação da autonomia política dos países africanos frente ao Ocidente ou, ao contrário, representa a consolidação de um novo padrão de subordinação estrutural. A investigação fundamenta-se na Teoria da Dependência e em suas releituras aplicadas aos Estudos de Defesa, as quais permitem problematizar a incorporação de tecnologias e capacidades militares externas como vetor de limitação da autonomia estratégica dos Estados periféricos. Parte-se da hipótese de que, embora a cooperação sino-africana em defesa amplie a margem de manobra política dos países africanos, ela simultaneamente produz uma forma renovada de dependência, refletindo as contradições inerentes ao desenvolvimento militar dependente. Metodologicamente, a pesquisa adota o método hipotético-dedutivo, articulando revisão bibliográfica e análise empírica de dados provenientes do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo, com abordagem comparativa de natureza qualitativa. A análise contempla estudos de caso de três países: Argélia, Djibuti, Tanzânia, com o propósito de identificar as transformações na demanda militar e nas dinâmicas de dependência em dois períodos distintos, antes e após a consolidação da presença chinesa no continente africano.

**Palavras-chave:** Cooperação em defesa; China; África; Dependência; Autonomia estratégica

## **JUSTIFICATIVA**

A militarização constituiu um fenômeno amplamente debatido até o final da década de 1990, resultado direto da corrida armamentista desencadeada durante a Guerra Fria. Tal dinâmica exerceu forte impacto sobre os países periféricos, que se viram subordinados às disputas estratégicas do período. O continente africano, em particular, configurou-se como um dos palcos dessa competição bipolar, apresentando um expressivo crescimento nos gastos militares. Em 1950, o dispêndio total em defesa na África era inferior a US\$ 2 bilhões anuais (em valores da época), já em 1980, esse valor cresceu para cerca de US\$ 20 a 25 bilhões anuais (SIPRI Yearbook, 1983; ACDA, 1987).

O processo de militarização tornou-se particularmente evidente ao longo da década de 1970, período em que se verificou um aumento significativo dos gastos militares, impulsionado, em grande medida, pelo avanço dos movimentos de independência no continente africano (Luckham, 1985). No início da década de 1990, com a dissolução da União Soviética e o consequente término da Guerra Fria, os gastos militares na África registraram uma redução de aproximadamente 25% (SIPRI Yearbook, 1995). Em um contexto mais atual, dados do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo indicam que, entre 2000 e 2024, os gastos militares na região apresentaram um aumento de 107,6%. Como argumenta Luckham (1994), a militarização possui um caráter essencialmente internacional, sendo historicamente compreendida como consequência tanto da interferência das potências coloniais e imperialistas quanto das dinâmicas securitárias da Guerra Fria. Mesmo após a conquista da independência, as nações africanas permaneceram condicionadas a formas de domínio externo, agora sob novas modalidades de dependência, que Conteh-Morgan (1993) identifica como tecnológica.

No plano conceitual, a militarização é compreendida segundo os parâmetros estabelecidos por Wendt e Barnett (1993) e Eide e Thee (1980), envolvendo tanto a acumulação de capacidades para a violência organizada, incluindo o treinamento de pessoal, a construção de fortificações e o desenvolvimento de infraestruturas logísticas e produtivas, quanto o incremento de armamentos, o avanço da capacidade destrutiva das armas, o crescimento do efetivo militar e o aumento expressivo dos gastos em defesa<sup>1</sup>. Nos países periféricos, essa dinâmica dá origem ao que Wendt e Barnett (1993) chamam de militarização dependente, na qual Estados estruturam

---

<sup>1</sup> Faz-se necessário diferenciar militarização de militarismo, que, segundo Wendt e Barnett (1993, p. 324), seria a “disposição de usar a violência organizada”.

suas forças armadas com base em capital-intensivo, recorrendo à importação de armas, tecnologia e treinamento externo. Tal processo reduz a autonomia estratégica e subordina estruturalmente os países recipientes. Os autores destacam, ainda, que a própria formação dos Estados periféricos ocorreu sobre bases dependentistas, seja pela subordinação a uma potência específica, seja ao sistema internacional como um todo. Essa perspectiva converge com os pressupostos da Teoria da Dependência, que entende o desenvolvimento dos países periféricos como condicionado por processos estruturais de produção e reprodução dependente (Dos Santos, 1970).

Dessa forma, esses países são inseridos em um contexto de incorporação de produtos e sistemas de defesa tecnologicamente avançados produzidos por potências centrais, sob a expectativa de que isso ampliará sua autonomia e sua capacidade de decisão no campo da defesa. Contudo, o efeito tende a ser o oposto: ao dependerem de tecnologias cujo domínio permanece externo, esses Estados tornam-se subordinados ao país fornecedor. Tal subordinação decorre da incapacidade estrutural de absorver, reproduzir ou adaptar a tecnologia incorporada, o que transfere para o provedor o controle sobre etapas críticas de manutenção, operação e atualização dos sistemas militares. Esse processo é entendido como dependência estratégica, pois a formulação e a execução das decisões político-militares passam a ser condicionadas pelas exigências técnicas e pelos limites impostos pelo detentor da tecnologia, reproduzindo a hierarquia internacional entre centro e periferia (Saint-Pierre; De Assis, 2025).

Ao analisar a militarização da África torna-se evidente que apresenta caminhos diversificados na busca pelo desenvolvimento militar, com variações sub-regionais significativas nas estruturas organizacionais, nas demandas por armamentos e no ritmo de transformação. Alguns problemas, contudo, são recorrentes em todo o continente, como os obstáculos estruturais crônicos, especialmente no que diz respeito à escassez de recursos financeiros e tecnológicos (Boutin, 2018). Como resultado, a modernização da defesa africana ocorre de forma fragmentada. Com a consolidação dos movimentos de independência, observou-se uma transição na dependência do setor de defesa: esta deixou de se concentrar em um único fornecedor e passou a se caracterizar por uma dependência diversificada de grandes potências ou de antigos colonizadores (Conteh-Morgan, 1993). Nesse cenário, a cooperação em defesa da China com os países africanos representa um novo desafio para compreender a natureza da dependência no setor militar do continente. A partir do final da década de 1990, Pequim passou a ocupar um

papel central no apoio à modernização militar africana, oferecendo armamentos de baixo custo, treinamento, cooperação técnico-industrial e, mais recentemente, inaugurando sua primeira base militar no exterior em Djibouti (Boutin, 2018).

O reengajamento da diplomacia de defesa chinesa na África, após um prolongado período de relativo desinteresse, pode ser compreendido no contexto de uma nova “corrida”<sup>2</sup> pelo continente, na qual a economia chinesa, altamente dependente de recursos energéticos e minerais, busca assegurar seu acesso a tais insumos, ao mesmo tempo em que enfrenta a competição direta de outras potências (Klare; Volman, 2006). A cooperação em defesa passou a constituir um mecanismo essencial não apenas para a garantia e proteção dos interesses estratégicos chineses na região, mas também para a cooptação de novos mercados para sua indústria bélica.

De acordo com dados do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI), entre 1990 e 2024 a China foi responsável por aproximadamente 11% das importações de armamentos convencionais realizadas pelos países africanos, superando qualquer outro fornecedor. No entanto, a cooperação não se limita à transferência de armamentos, abrangendo o treinamento de contingentes militares africanos, exercícios militares e o estabelecimento da base militar – um avanço significativo no valor conferido à África na sua diplomacia de defesa. A instalação militar chinesa em Djibouti, embora não possua capacidade para operar porta-aviões<sup>3</sup>, dispõe de infraestrutura adequada para a atracação de destróieres do Tipo 052D, navios anfíbios do Tipo 071 e porta-helicópteros do Tipo 075. Sua localização estratégica confere à China uma posição privilegiada, permitindo garantir a segurança das rotas de transporte de recursos energéticos e minerais provenientes tanto da África quanto do Oriente Médio, protegendo-as de possíveis interferências de outros Estados e de ataques piratas, recorrentes na região. Além disso, a base possibilita à China projetar poder em duas áreas de elevada complexidade geopolítica (Melese, 2022).

Diante da reconfiguração do engajamento militar da China no continente africano, tem-se observado o surgimento de uma literatura voltada à análise dessa relação, com destaque para os trabalhos de Shinn e Eiseman (2012; 2023) e Alden et al. (2017). Contudo, ainda são escassas as

---

<sup>2</sup> Tradução do termo *scramble* utilizado por Klare e Volman (2006).

<sup>3</sup> Há a possibilidade de que a instalação venha a comportar os porta-aviões Liaoning e Shandong, caso sejam realizadas dragagens para o aumento de sua profundidade. No entanto, não há evidências de que a China tenha modificado o calado ou o comprimento do píer com esse propósito.

abordagens críticas dedicadas a examinar esse envolvimento sob uma perspectiva teórica mais ampla. Nesse contexto, o referencial fundamentado na Teoria da Dependência aplicada aos estudos de defesa revela-se uma ferramenta essencial para compreender as implicações da cooperação em defesa sino-africana. Embora sua incorporação ao campo da defesa ainda seja limitada, essa perspectiva contribui para preencher uma lacuna analítica ao problematizar os efeitos da militarização baseada em capital intensivo sobre países periféricos (Da Silva; Saint-Pierre, 2021).

O estudo justifica-se, então, pela necessidade de compreender de maneira crítica e sistemática os impactos da cooperação em defesa sino-africana sobre os processos de militarização e dependência estratégica na África. Ao articular o referencial teórico da Dependência com os estudos de defesa, esta pesquisa busca evidenciar como a incorporação de tecnologias e capacidades militares externas pode, paradoxalmente, limitar a autonomia estratégica dos países africanos, ao mesmo tempo em que reforça suas relações de subordinação estrutural em um sistema internacional hierarquizado. Além disso, o estudo contribui para preencher lacunas na literatura existente, oferecendo uma análise aprofundada das implicações da presença militar chinesa no continente, em especial no que tange à dinâmica de dependência.

## **PROBLEMÁTICAS E HIPÓTESES**

Este trabalho tem como propósito responder ao seguinte questionamento: **a cooperação em defesa sino-africana contribui para a reprodução das estruturas de dependência que historicamente caracterizam a inserção do continente africano no sistema internacional ou favorece, ainda que de forma incipiente, o desenvolvimento de capacidades endógenas nos países africanos?** A motivação que sustenta tais indagações parte do reconhecimento de que há uma correlação entre o processo de militarização e a configuração de um sistema estrutural de dependência. Considerando que grande parte da literatura sobre o tema reflete contextos históricos distintos do atual, o objetivo deste estudo consiste em verificar se essa relação permanece inalterada, mesmo diante da reconfiguração do sistema internacional e da ascensão da China como potência global.

A problemática insere-se em um contexto análogo ao proposto por Wulf (1979), segundo o qual a importação de armamentos intensivos em capital, produzidos por países industrializados, limita a independência política e militar dos Estados importadores, ao mesmo tempo em que

estabelece as bases para uma nova forma de subordinação. Assim, para que a autonomia seja efetivamente alcançada, torna-se necessário criar condições que viabilizem a produção nacional ou, alternativamente, promover a diversificação da base de fornecedores. No entanto, como argumenta Wulf (1979), mesmo diante dessa diversificação, a relação de dependência tende a se manter, ainda que sob novas configurações. Em consonância com essa perspectiva, Kaldor (1976) argumenta que a diversificação de fornecedores é limitada pela própria complexidade do aparato militar contemporâneo, caracterizado por um sistema altamente tecnológico. Tal limitação decorre da elevada concentração da produção em um número restrito de empresas, que, ao fabricarem equipamentos similares, acabam por controlar e padronizar o setor. Nesse sentido, o sistema de armas reflete o nível de desenvolvimento industrial e tecnológico do país que o produz, sendo esse fator determinante para definir as características e as tendências seguidas pelos demais Estados (Kaldor, 1977).

Nesse debate, torna-se relevante reconhecer que os processos de cooperação em defesa e de aquisição de armamentos envolvem não apenas dimensões políticas e estratégicas, mas também fatores econômicos e tecnológicos que condicionam a autonomia dos países periféricos. Como observa Matthews (2019), instrumentos como a transferência de tecnologia, os acordos de *offset*<sup>4</sup> e as parcerias de coprodução passaram a ser empregadas por Estados do Sul global como mecanismos de barganha política e industrial, voltados a transformar o gasto militar em instrumento de desenvolvimento produtivo e inovação tecnológica. No entanto, embora esses mecanismos busquem reduzir a dependência externa, seu potencial emancipatório é frequentemente limitado, já que as tecnologias transferidas raramente abrangem o núcleo da inovação e tendem a preservar a assimetria estrutural entre produtores e compradores (Matthews, 2019). Assim, mesmo quando há ganhos industriais e ocupacionais, o controle sobre o design, a propriedade intelectual e os ciclos de modernização tecnológica permanece concentrado nas potências exportadoras.

Essa limitação remete a um problema mais amplo, identificado por Bell e Pavitt (1993), ao proporem uma distinção entre capacidades de produção e capacidades tecnológicas. Para os autores, o desenvolvimento industrial não resulta da mera difusão de tecnologias importadas, mas da acumulação de capacidades endógenas, construída por meio de processos graduais de

---

<sup>4</sup> Matthews (2019) define *offset* como um acordo compensatório em que o país comprador utiliza o contrato de defesa para obter transferência de tecnologia, coprodução ou investimento local do fornecedor estrangeiro.

aprendizado, adaptação e inovação. A transferência de tecnologia, portanto, só se converte em progresso efetivo quando há capacidade local de absorção e transformação do conhecimento recebido, isto é, quando empresas, instituições e Estados são capazes de internalizar e recriar a base técnica da produção. Essa perspectiva revela que a dependência tecnológica não é apenas uma relação de troca desigual, mas também o reflexo de uma estrutura institucional e produtiva incapaz de sustentar a aprendizagem tecnológica autônoma.

Dante desse quadro, a problemática central deste estudo amplia-se: seria a cooperação em defesa sino-africana um instrumento de reprodução da dependência tecnológica, limitada à montagem local e à transferência parcial de conhecimento? Ou estaria emergindo, ainda que de forma incipiente, um horizonte de acumulação tecnológica autônoma, no qual as experiências de coprodução, treinamento técnico e desenvolvimento conjunto possam estimular formas endógenas de modernização militar? É nessa tensão entre dependência e aprendizado, ou seja, entre a reprodução estrutural e a possibilidade de internalização tecnológica, que se insere o cerne analítico deste trabalho.

Nesse sentido, **a hipótese geral deste trabalho sustenta que a cooperação em defesa sino-africana amplia formas de autonomia política e militar dos países africanos, ao diversificar parcerias estratégicas e ampliar suas margens de manobra no sistema internacional, sem, contudo, promover transformações estruturais capazes de superar as estruturas de dependência historicamente constituídas que caracterizam o setor de defesa no continente africano.** Tal hipótese parte da premissa de que a atuação chinesa no continente africano ultrapassa a mera comercialização de armamentos, incorporando modalidades mais amplas de cooperação militar, como treinamento, assistência técnica e intercâmbio institucional. Esse tipo de engajamento contribui para explicar o expressivo aumento das transações militares entre a China e os países africanos nos últimos anos. Ainda assim, argumenta-se que esse nível de comprometimento, embora relevante no plano político-diplomático, permanece insuficiente para alterar de forma substantiva os condicionantes estruturais que sustentam a dependência no setor de defesa africano.

## **OBJETIVO GERAL**

Compreender os efeitos da cooperação em defesa entre a China e os países africanos sobre as dinâmicas de dependência no continente, avaliando se tal cooperação aprofunda

vínculos de subordinação estrutural à China ou se representa uma via de fortalecimento da autonomia estrutural africana, mesmo que sob novas formas de assimetria.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Investigar a correlação entre o processo de militarização e as dinâmicas de dependência, com ênfase na experiência dos países africanos.
- Examinar a demanda militar dos países africanos, analisando as transformações na relação de dependência em dois momentos distintos: (i) antes da consolidação da presença chinesa no continente africano (ii) após sua consolidação.
- Analisar a cooperação em defesa sino-africana, identificando os principais objetivos chineses no continente.
- Avaliar se a cooperação em defesa sino-africana promove a internalização tecnológica e o desenvolvimento de capacidades endógenas, avaliando seu impacto na manutenção, transformação ou superação das assimetrias históricas de militarização dependente na África.

## **FUNDAMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA E TEÓRICA**

O ponto de partida para compreender a relação entre militarização e dependência consiste em analisar como as relações internacionais são interpretadas sob a ótica da Teoria da Dependência. Essa interpretação pode ser realizada com base na análise dos teóricos dependentistas, que argumentam que as economias periféricas foram incorporadas de modo subordinado ao sistema mundial, reproduzindo relações de dominação econômica, política e tecnológica.

Segundo Dos Santos (2000), a dependência é uma situação em que a economia de determinados países se encontra condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras economias às quais está subordinada. Essa relação implica que as economias dominantes podem se expandir de forma autônoma, enquanto as dependentes só o fazem como reflexo dessa expansão, reproduzindo uma estrutura de subordinação e transferência de excedentes que perpetua o desequilíbrio do sistema capitalista mundial. Essa narrativa é reforçada por Furtado (1974), para quem o desenvolvimento dos países centrais e o subdesenvolvimento dos países periféricos são processos complementares de um mesmo sistema, no qual o progresso

tecnológico e a acumulação de capital nos primeiros dependem da apropriação dos excedentes dos segundos.

No campo das Relações Internacionais, a Teoria da Dependência surge como uma importante crítica ao realismo e ao liberalismo, ao oferecer uma leitura mais histórica e estrutural das dinâmicas globais. Em contraste com a visão que entende o sistema internacional como um conjunto de Estados soberanos e autônomos que interagem em um cenário anárquico, os teóricos dependentistas argumentam que ele é atravessado por profundas desigualdades. Nessa perspectiva, as relações entre os países são moldadas por estruturas hierárquicas de poder, nas quais a soberania das nações periféricas é constantemente limitada pela dependência econômica, financeira e tecnológica em relação aos centros hegemônicos. Assim, compreender as relações internacionais implica olhar além do simples equilíbrio de poder, reconhecendo nelas a expressão de vínculos de dominação e subordinação que se sustentam no modo de produção capitalista global (Dos Santos, 1970; Galtung, 1971; Kay, 2011). Autores como Blaney (1996) e Tickner (2015) revisitam essa tradição, aproximando a Teoria da Dependência de uma leitura mais crítica das Relações Internacionais, voltada às experiências e perspectivas do Sul Global. Essa abordagem rompe com o universalismo teórico das escolas hegemônicas e propõe uma compreensão mais situada e histórica do sistema internacional, na qual a desigualdade, e não a anarquia, constitui o traço central da ordem mundial. Em lugar de tomar o Estado como unidade autônoma, os dependentistas buscam compreender como as estruturas globais de produção e dominação condicionam as possibilidades de ação dos países periféricos.

Johan Galtung (1971) contribui para essa leitura ao formular o conceito de imperialismo estrutural, no qual o sistema internacional é caracterizado por um centro dominante e uma periferia subordinada, conectados por vínculos de dependência econômica, militar e comunicacional. Esse imperialismo não se baseia unicamente na coerção direta, mas na internalização de valores, normas e tecnologias que reproduzem o domínio do centro sobre a periferia. Assim, o poder se manifesta por meio de uma rede de interdependências assimétricas, em que as decisões estratégicas são tomadas no centro e executadas na periferia, consolidando o que Assis (2022) denomina como dependência estratégica<sup>5</sup>. Ao analisar as relações de poder e tecnologia militar na América do Sul, o autor encontra respaldo na tradição dependentista

---

<sup>5</sup> Enquanto a dependência econômica clássica dizia respeito à subordinação industrial e comercial, a dependência estratégica refere-se à incapacidade de decidir e agir autonomamente em matéria de segurança, defesa e tecnologia sensível (Assis, 2022).

argumentando que a aquisição de tecnologias militares estrangeiras, sob a crença de que estas aumentam a capacidade de defesa e autonomia dos Estados, frequentemente reforça laços de subordinação. Essa mistificação da tecnologia encobre as dimensões políticas e sociais embutidas no desenvolvimento tecnológico, reforçando a posição periférica dos países da região no sistema internacional.

A discussão sobre a dependência estratégica acaba por incorporar a discussão da busca pela autonomia relativa presente no trabalho de Cardoso e Faletto (1970), em que reconhecem que é possível ampliar as margens de decisão política e econômica por meio de estratégias nacionais, ainda que sob constrangimentos estruturais. Jaguaribe (1979) e Puig (1980) ampliam o debate ao incorporarem as reflexões dependentistas ao debate sobre autonomia nas relações internacionais. Para esses autores, a autonomia é entendida como a capacidade de formular e executar decisões estratégicas de forma independente das imposições externas, em especial nas áreas econômica, tecnológica e militar. A superação da dependência, portanto, exige o fortalecimento das capacidades nacionais e a redução da vulnerabilidade diante do sistema internacional.

A reflexão sobre a autonomia também encontrou eco e ressignificação no pensamento africano, especialmente a partir da crítica ao caráter eurocêntrico das teorias do desenvolvimento e da dependência. Samir Amin (1976; 1989) foi um dos pioneiros a aplicar a lógica da dependência ao contexto da África, argumentando que o subdesenvolvimento do continente não poderia ser compreendido apenas em termos de atraso econômico, mas como resultado da inserção subordinada da África na divisão internacional do trabalho. Para Amin, a dependência africana era estrutural e reproduzia-se pela centralidade das exportações primárias, pela vulnerabilidade financeira e pela dominação tecnológica. Diante desse cenário, ele propôs a ideia de “desconexão”, que consistia na busca por uma autonomia estrutural econômica, política e epistêmica que seja capaz de romper com as imposições do sistema capitalista mundial e reorganizar as prioridades nacionais a partir de lógicas endógenas de desenvolvimento.

Em contrapartida, a noção de autonomia foi posteriormente retomada por Mkandawire (2010), que, ao discutir o papel do Estado africano no pós-independência, propôs uma releitura do Estado desenvolvimentista a partir da realidade africana. Para o autor, a autonomia não deveria ser entendida como isolamento, mas como a capacidade de definir agendas de desenvolvimento próprias e articular políticas públicas coerentes com os interesses nacionais,

mesmo dentro de um sistema global assimétrico. A autonomia, portanto, seria relacional e estratégica, implicando a construção de instituições estatais capazes de resistir às pressões externas e às dinâmicas internas de captura política. Ao enfatizar a importância da capacidade estatal e do planejamento autônomo, Mkandawire (2010) reconectou o debate africano ao espírito original da autonomia relativa formulada por Cardoso e Faletto (1970), mas inserida num contexto pós-colonial em que a questão da soberania ainda se entrelaça com legados coloniais e estruturas de dependência internacional.

Turtio (2023) contribui para o debate ao ampliar o entendimento de autonomia para além das esferas econômica e diplomática, incorporando também as dimensões militares e institucionais da soberania. Por meio da análise do processo de construção das forças armadas nacionais na África Ocidental, entre 1958 e 1974, a autora demonstra que, mesmo diante da forte presença de potências estrangeiras, os líderes africanos exerceram considerável margem de decisão, adotando estratégias híbridas de autonomia ao lidar com a questão da dependência. A formação dos exércitos nacionais, nesse sentido, tornou-se um campo privilegiado de afirmação da soberania e de tentativa de descolonização dos meios de coerção, revelando que a autonomia estratégica africana, embora limitada, sempre foi uma prática política em disputa. Dessa forma, comprehende a autonomia como uma construção histórica e estratégica, na qual as decisões sobre segurança e defesa se tornaram instrumentos centrais da soberania e expressões de uma busca permanente por emancipação dentro das margens da dependência.

Diante do entendimento que os teóricos dependentistas conferem às relações internacionais, se torna imprescindível revisar a literatura que relaciona o processo de militarização com a dependência estrutural de países periféricos. Nesse sentido, a literatura crítica das décadas de 1970 a 1990, especialmente as obras de Herbert Wulf (1979), Mary Kaldor (1976) e Alexander Wendt e Michael Barnett (1993), fornece um instrumental teórico que vincula o fenômeno da militarização às estruturas de dependência econômica, tecnológica e política que moldam o desenvolvimento das capacidades militares de Estados periféricos.

Wulf (1979) propõe o conceito de militarismo<sup>6</sup> dependente para designar um tipo específico de militarização característico do Terceiro Mundo. Para o autor, os países periféricos apresentam padrões de modernização militar que não derivam de ameaças externas concretas,

---

<sup>6</sup> Embora utilize o termo *militarismo* dependente, a definição apresentada por Wulf (1979) aproxima-se daquela desenvolvida por Wendt e Barnett (1993) acerca da *militarização* dependente. Dada essa proximidade semântica e conceitual, é possível considerar ambos os termos como equivalentes no contexto desta pesquisa.

mas das relações de dependência estrutural com os países centrais, responsáveis pelo fornecimento de armas, tecnologia e doutrina. A militarização, nesse contexto, torna-se um instrumento de reprodução das hierarquias internacionais, já que as elites domésticas, ao se apoiarem em fornecedores estrangeiros, internalizam formas de subordinação política e tecnológica. O resultado é uma estrutura de segurança dependente, sustentada por fluxos externos de equipamentos, assessoria e financiamento, que comprometem a autonomia decisória do Estado.

Essa abordagem é ampliada por Kaldor (1976), ao demonstrar que o comércio internacional de armamentos constitui um dos mecanismos centrais dessa dependência, argumentando que a exportação de armas é parte constitutiva da economia política internacional, na medida em que sustenta o complexo militar-industrial das potências centrais e perpetua a vulnerabilidade dos Estados compradores. O comércio de armamentos, ao invés de fortalecer a segurança dos países periféricos, reforça sua inserção subordinada, criando laços duradouros de dependência tecnológica, financeira e política. Para Kaldor (1976), o sistema internacional de produção e transferência de armas funciona como uma infraestrutura material da dependência, na qual as assimetrias de poder são naturalizadas por meio de vínculos industriais e contratuais. O comércio de armas, portanto, não é apenas um instrumento de política externa, mas um componente do próprio sistema capitalista global, em que os fluxos de armamentos reproduzem as mesmas desigualdades que marcam o comércio de bens civis.

A partir dessa base, Wendt e Barnett (1993) introduzem um importante deslocamento analítico ao articular a noção de dependência à própria formação estatal. Os autores argumentam que a militarização em contextos periféricos não pode ser compreendida apenas como reflexo das relações internacionais de dependência, mas como parte constitutiva do processo de construção do Estado. Diferentemente das trajetórias históricas europeias, nas quais a consolidação estatal decorreu da competição bélica entre unidades autônomas, nos países do Terceiro Mundo o Estado emerge em meio a estruturas de dependência externa, que condicionam suas capacidades materiais e simbólicas. Wendt e Barnett (1993) sustentam que o Estado dependente é formado a partir de uma dupla insegurança: externa e interna. A insegurança externa decorre da inserção assimétrica no sistema internacional e da dependência de recursos militares e econômicos fornecidos por potências externas; a insegurança interna, por sua vez, relaciona-se à fragilidade das instituições, à ausência de coesão nacional e à necessidade de

legitimização das elites no poder. Essa combinação leva à militarização como mecanismo de estabilização e reprodução do Estado, em que as forças armadas passam a desempenhar papel central na manutenção da ordem interna e na definição da identidade estatal.

Dessa forma, a militarização nos Estados dependentes não se orienta primordialmente para a defesa contra ameaças externas, mas para a consolidação do poder político interno, frequentemente apoiada por fluxos de assistência militar, treinamento e equipamentos provenientes do exterior. Ao articular os níveis doméstico e internacional, Wendt e Barnett (1993) ampliam a abordagem de Wulf (1979): a dependência não é apenas uma condição econômica, mas uma dimensão constitutiva da própria soberania. O Estado dependente, portanto, é um produto e, simultaneamente, um agente das relações de dependência, reproduzindo-as na medida em que busca garantir sua sobrevivência e legitimidade por meio da militarização. Essa perspectiva é percebida na literatura que trata o processo de militarização no continente africano. Nesse sentido, os trabalhos de Robin Luckham (1994) e Earl Conteh-Morgan (1993) oferecem contribuições centrais para o debate ao abordarem, sob perspectivas distintas, as origens, características e implicações do processo de militarização na África pós-colonial.

Luckham (1994) propõe uma leitura crítica da literatura sobre as forças armadas africanas, articulando teorias da modernização, da dependência e do marxismo com abordagens foucaultianas sobre poder e disciplina. O autor argumenta que a militarização não deve ser entendida apenas como o crescimento do aparato militar, mas como um processo multidimensional, enraizado nas práticas de poder, coerção e controle social que moldam a formação do Estado africano. Para o autor, os exércitos africanos nasceram de estruturas coloniais impostas externamente, sem a formação orgânica de uma relação entre Estado e sociedade semelhante à que caracterizou a Europa moderna. Assim, o Estado pós-independência consolidou-se como uma entidade autoritária e dependente, sustentada por redes clientelistas e pela força coercitiva, mais do que pela legitimidade social. O autor demonstra que a militarização se manifesta tanto no plano material, com a centralidade do gasto militar, dos armamentos e da intervenção estrangeira, quanto no simbólico, expresso na ideologia da segurança e na legitimação da violência como instrumento de estabilidade política.

Conteh-Morgan (1993) analisa a militarização africana a partir da relação direta entre conflito armado, dependência externa e instabilidade política. O autor situa sua análise no contexto de transição do sistema internacional, o fim da Guerra Fria, e mostra como essa

mudança redefiniu as dinâmicas de conflito e militarização no continente. Sua contribuição principal está na caracterização da militarização como resultado da interação multiescalar entre fatores internos e externos. Ele distingue quatro níveis interconectados de conflito: intraestatal, interestatal, regional e internacionalizado, mostrando que a maior parte das guerras africanas decorre de disputas internas que se expandem para o sistema internacional pela via da intervenção estrangeira e da dependência tecnológica militar. Ele observa que os Estados africanos se tornaram tecnologicamente dependentes das potências industriais, o que produziu um ciclo de militarização dependente, em que a importação de armas e a assistência externa sustentam tanto regimes quanto movimentos insurgentes.

Conteh-Morgan (1993) identificou empiricamente que a militarização africana foi intensificada durante a Guerra Fria pela rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética, que transformaram o continente em arena de competição estratégica. Essa lógica de instrumentalização externa dos conflitos consolidou a militarização estrutural do Estado, desviando recursos de setores sociais para gastos de defesa e reforçando a centralidade política das forças armadas. Mesmo após o fim da Guerra Fria, o autor observa a persistência de guerras civis e movimentos guerrilheiros, o que revela a continuidade do padrão de militarização, agora mantido por motivações internas, como crises de legitimidade e disputas étnico-religiosas.

Partindo do entendimento de que o processo de militarização nos países africanos é marcado por relações de dependência, este trabalho busca compreender de que maneira a cooperação em defesa sino-africana pode contribuir para o aprofundamento dessa dependência estrutural. Nesse sentido, torna-se essencial revisitar a literatura que discute o conceito de cooperação em defesa. A abordagem contemporânea sobre o tema consolidou-se a partir das contribuições de Cottney e Forster (2004) e Muthanna (2006), cujas análises, embora desenvolvidas em contextos distintos, convergem ao reconhecer que esse tipo de cooperação representa uma reconfiguração das relações internacionais e do papel das forças armadas no período pós-Guerra Fria.

Para Cottney e Forster (2004), a cooperação em defesa constitui o uso cooperativo e pacífico das forças armadas e de suas instituições correlatas como instrumento de política externa e de segurança, configurando o que denominam de nova diplomacia de defesa. Essa abordagem reflete uma mudança profunda na função tradicional das forças armadas, que deixam de se restringir à lógica da dissuasão e do enfrentamento militar para assumirem uma função

diplomática em tempos de paz, voltada à prevenção de conflitos, promoção da confiança mútua e fortalecimento das relações entre Estados. Nesse sentido, os autores inserem sob o conceito de cooperação em defesa um amplo espectro de atividades, como intercâmbio de oficiais, visitas de alto nível, acordos de cooperação, assessorias em reforma militar, treinamentos conjuntos e programas de capacitação. Tais práticas, mais do que ações técnicas, passam a ser instrumentos de engajamento estratégico e construção de estabilidade regional, refletindo a utilização das capacidades de defesa como meio de fomentar o diálogo político, a transparência e a interdependência entre países.

Por sua vez, Muthanna (2006) concebe a cooperação em defesa em uma perspectiva mais operacional e institucional, definindo-a como o emprego coordenado das forças armadas e dos ministérios da defesa como ferramenta de política externa, fundamentada em estruturas organizacionais permanentes, diretrizes políticas e recursos próprios. Para o autor, a mera intenção de cooperar não é suficiente: é necessário que os Estados institucionalizem a cooperação em defesa, criando mecanismos decisórios e administrativos que garantam sua continuidade e eficácia. Diferenciando cooperação em segurança de cooperação em defesa, o autor destaca que esta última se manifesta por meio de intercâmbios estruturados, programas de capacitação, assessorias técnicas e iniciativas conjuntas que visam ao fortalecimento das capacidades nacionais e regionais. Assim, a cooperação em defesa, em sua concepção, é uma política de Estado que busca não apenas ampliar a interoperabilidade e reduzir desconfianças, mas também reforçar o papel da defesa como instrumento ativo da política externa e do desenvolvimento nacional.

Shinn e Eisenman (2012; 2023) constituem uma das literaturas mais abrangentes e sistemáticas sobre as relações entre China e África, fornecendo um sólido embasamento para compreender a evolução da cooperação em defesa sino-africana. Os autores, em ambas as obras, analisam de forma histórica o desenvolvimento das relações militares entre a China e os países africanos, incorporando aspectos como a transferência de armamentos, exercícios militares, treinamentos de contingentes e a cooperação em tecnologia de uso dual. Shinn e Eisenman (2012) identificam que a cooperação militar entre as duas partes não é recente, mas que há uma transformação: antes era utilizada como instrumento de solidariedade ideológica e de inserção no chamado Terceiro Mundo; após as reformas, o discurso revolucionário deu lugar a uma diplomacia pragmática voltada para o fortalecimento de vínculos institucionais e técnicos, o que

marcou a transição da cooperação militar ideológica para uma cooperação voltada à segurança e ao desenvolvimento. Nesse sentido, os autores abordam como a África ganhou ressignificação, deixando de ocupar uma posição periférica para se tornar componente essencial da estratégia global de segurança chinesa. Eles descrevem ainda como o conceito de segurança holística, que abrange aspectos militares, políticos, econômicos e tecnológicos, passou a orientar a atuação de Pequim no continente. A África, nesse contexto, é concebida não apenas como espaço de cooperação, mas também como laboratório de projeção de poder e de experimentação do modelo chinês de governança em segurança (Shinn e Eisenman, 2023).

Um dos elementos centrais para identificar se há uma relação de dependência na cooperação em defesa sino-africana é analisar se essa cooperação está comprometida com a transferência de tecnologia e o fortalecimento das capacidades endógenas dos países africanos. Dessa forma, a análise desenvolvida por Ron Matthews (2019) encontra um ponto de convergência teórica com a abordagem de Martin Bell e Keith Pavitt (1993), na medida em que ambos os trabalhos compreendem o desenvolvimento tecnológico como um processo social e político, condicionado por estruturas de poder e por capacidades institucionais internas. Embora tratem de campos distintos, a economia política da defesa no caso de Matthews e a economia da inovação e da industrialização no de Bell e Pavitt, as duas obras partilham uma preocupação comum: compreender como países periféricos buscam superar a dependência tecnológica e construir autonomia industrial em contextos de assimetria global.

Em Matthews (2019), os mecanismos de transferência de tecnologia (ToT), *offsets* e coprodução aparecem como instrumentos de política econômica por meio dos quais Estados em desenvolvimento tentam utilizar o gasto em defesa para impulsionar processos de industrialização e inovação. O autor interpreta essas estratégias como uma forma de barganha estatal diante da estrutura concentrada e hierarquizada da indústria bélica mundial. A defesa, nesse sentido, torna-se uma arena em que o poder de compra do Estado é mobilizado para negociar acesso a tecnologias críticas, estimular a formação de capacidades locais e, idealmente, reduzir a dependência externa. Contudo, Matthews demonstra que, apesar desse potencial, tais mecanismos frequentemente reproduzem a dependência, pois as transferências são limitadas, os custos são altos e o controle sobre o núcleo tecnológico permanece com as potências exportadoras.

É precisamente nesse ponto que as reflexões de Bell e Pavitt (1993) aprofundam o entendimento sobre o porquê dessas limitações estruturais. Para os autores, o simples acesso à tecnologia estrangeira não é suficiente para gerar desenvolvimento tecnológico autônomo, pois o progresso industrial depende da acumulação interna de capacidades tecnológicas. Eles distinguem entre capacidade produtiva, associada à operação eficiente de tecnologias já existentes, e capacidade tecnológica, vinculada à habilidade de adaptar, modificar e criar inovações próprias. Essa diferenciação permite compreender que o insucesso de muitas estratégias de transferência tecnológica decorre da ausência de capacidade de absorção nos países receptores, ou seja, da falta de instituições, competências e rotinas organizacionais capazes de internalizar e transformar o conhecimento transferido em aprendizado produtivo e inovador.

A partir dessa perspectiva, a experiência descrita por Matthews (2019) de países como Índia, Malásia, Indonésia, Coreia do Sul e China, pode ser reinterpretada como um conjunto de estratégias de aprendizado tecnológico induzido pelo Estado, cujo êxito depende menos das condições contratuais dos acordos de defesa e mais da existência de políticas industriais e científicas capazes de sustentar a acumulação de conhecimento. Matthews observa que esses países buscaram criar clusters industriais e tecnológicos voltados à defesa, articulando produção, pesquisa e engenharia em projetos de longo prazo. Bell e Pavitt, por sua vez, ofereceram a explicação conceitual para esse fenômeno: tais iniciativas representam tentativas de construir um processo cumulativo e endógeno de aprendizado, por meio do qual a reprodução de tecnologias externas se converte gradualmente em capacidade de inovação própria.

## METODOLOGIA

Com base nos objetivos delineados, esta pesquisa analisará de que forma a cooperação em defesa sino-africana pode estar contribuindo para o processo de militarização dependente dos países africanos, ao criar novos padrões de dependência. Para testar essa hipótese, o método a ser utilizado será o hipotético-dedutivo, partindo dos pressupostos de que: (1) a militarização dependente é um processo contínuo nos países africanos; e (2) a superação da condição de dependência no setor militar é improvável, mesmo com a diversificação de fornecedores.

Dessa forma, a estratégia metodológica utilizada será teórica e empírica. Para atingir o primeiro objetivo específico deste trabalho, no âmbito teórico, será realizada uma revisão

bibliográfica inicialmente dos autores que tratam da Teoria da Dependência e de como seus pressupostos são absorvidos nos estudos africanos. Em seguida, será abordada a bibliografia que discute a relação entre militarização e dependência, como Wendt e Barnett (1993), Wulf (1979) e Kaldor (1976). De forma a complementar essa análise, será feita uma revisão bibliográfica de autores que tratam da militarização africana, como Luckham (1994) e Conteh-Morgan (1993). Conceitualmente, faz-se necessário revisar a bibliografia que define a cooperação em defesa, como Cottéy e Forster (2004) e Muthanna (2006).

Para cumprir os próximos objetivos propostos, foram selecionados três países para a realização do estudo de caso: Argélia, Djibuti e Tanzânia. A escolha desses países fundamenta-se em sua diversidade de características, seja quanto ao regime político, ao desenvolvimento militar e econômico ou aos diferentes níveis de interação com a China. A Argélia foi escolhida por se situar no Norte da África — região que historicamente representou um desafio para a penetração da indústria de defesa chinesa —, mas que, nos últimos anos, ampliou expressivamente seus níveis de cooperação militar, tanto nas transferências de armamentos quanto em projetos de coprodução, como o da corveta modelo Tipo 056. Além disso, trata-se de um país que possui uma rede de parceiros no setor de defesa mais diversificada. Djibouti, por sua vez, foi selecionado por abrigar a primeira base militar permanente da China no exterior, além de estar localizado em uma das regiões mais disputadas do continente africano: o Chifre da África. A Tanzânia foi escolhida por ser o parceiro mais antigo da China, abrigar estruturas militares financiadas pelo país asiático, manter um regime político relativamente estável e democrático e participar do *Peace Unit*, exercício militar conjunto de combate ao terrorismo.

Com o propósito de identificar mudanças no padrão de aquisição de equipamentos militares e na composição dos fornecedores externos dos países africanos, será adotado um método comparativo temporal, com base nos dados obtidos na base de dados do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo, referentes aos períodos de 1970–2000 e 2000–2024. Dessa forma, será analisada a demanda militar com base na formulação proposta por Dunne e Perlo-Freeman (2003) para países periféricos, segundo a qual os gastos militares resultam da interação entre variáveis econômicas, políticas e estratégicas que influenciam as decisões estatais de defesa. Sob essa perspectiva, a demanda é compreendida como uma função do nível de renda, da população, da estrutura política e das ameaças percebidas, sejam elas internas, como guerras civis e instabilidade, ou externas, relacionadas à militarização regional e à

presença de potências estrangeiras. O objetivo é observar se a consolidação da presença chinesa no continente africano teve impacto na demanda militar desses países. Essa análise servirá de suporte para a análise principal deste trabalho: a cooperação em defesa sino-africana. Dessa forma, será adotada a estratégia comparativa em uma abordagem qualitativa do *Most Different Systems Design (MDSD)*, selecionando países que apresentam diferenças significativas em termos econômicos, políticos, geográficos e estratégicos, mas que podem a vir compartilhar o resultado de interesse: o aumento da dependência militar em função da cooperação em defesa com a China. A diversidade dos países escolhidos permite identificar fatores comuns que possam ser causalmente relevantes para o processo de militarização dependente, independentemente das diferenças contextuais.

Adicionalmente, a pesquisa aplicará o método da concordância de Mill como princípio lógico de inferência causal. Segundo esse método, quando múltiplos casos apresentam o mesmo efeito e compartilham apenas um fator em comum, este fator é considerado a causa mais provável do efeito observado (Przeworski; Teune, 1970). No contexto do presente estudo, se todos os três países analisados apresentarem aumento da dependência militar e o único fator consistente entre eles for a cooperação militar chinesa<sup>7</sup>, então é plausível inferir que a cooperação com a China desempenha um papel causal no processo de militarização dependente. As principais fontes da pesquisa serão: (1) literatura especializada sobre o tema; (2) o banco de dados SIPRI; (3) relatórios governamentais.

## **CRONOGRAMA**

---

<sup>7</sup> Por meio de transferências de armamentos, contratos de manutenção exclusiva, programas de treinamento técnico, exercícios militares e acordos de coprodução.

**Tabela 1 - Cronograma**

ATIVIDADES	2026/1	2026/2	2027/1	2027/2
Revisão da literatura sobre Teoria da Dependência	X			
Revisão da literatura sobre militarização e dependência	X			
Análise da demanda militar da Argélia e Djibouti		X		
Análise da demanda militar da Tanzânia		X		
Qualificação			X	
Análise da cooperação em defesa sino-africana			X	
Revisão				X
Defesa				X

## REFERÊNCIAS

ALDEN , Chris; ALAO, Charles; BARBER , Laura; CHUN, Zhang. **China and Africa: Building Peace and Security Cooperation on the Continent.** [S. l.]: Springer International Publishing AG, 2017.

AMIN, Samir. **Eurocentrism.** New York: Monthly Review Press, 1989.

AMIN, Samir. **Unequal Development: An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism.** New York: Monthly Review Press, 1976.

ASSIS, Jonathan de Araújo de. **A autonomia estratégica e o fetichismo da tecnologia militar na América do Sul: análise da demanda militar do Brasil (2005-2015)**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas – UNESP, UNICAMP e PUC-SP, 2022.

BELL, Martin; PAVITT, Keith. Technological accumulation and industrial growth: contrasts between developed and developing countries. **Industrial and corporate change**, v. 2, n. 2, p. 157-210, 1993.

BLANEY, David L. Global Culture: Remaking of International Relations. **International Relations**, v. 10, n. 2, p. 225-250, 1996.

BOUTIN, Kenneth. Feeding the Lion: China and defence development in African states. **Defense & Security Analysis**, v. 34, n. 3, p. 232-248, 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CONTEH-MORGAN, Earl. Conflict and Militarization in Africa: Past Trends and New Scenarios. **Journal of Conflict Studies**, v. 13, n. 1, 1993.

COTTEY, Andrew; FORSTER, Anthony. **Reshaping Defence Diplomacy: New Roles for Military Cooperation and Assistance**. Adelphi Paper 365. The International Institute for Strategic Studies. Oxford: Oxford University Press, 2004.

EIDE, Arbjorn; THEE, Marek. Introduction. In: EIDE, Arbjorn; THEE, Marek (Eds.). **Problems of Contemporary Militarism**. New York: St. Martin's Press, 1980.

EISENMAN, Joshua; SHINN, David H. **China's relations with Africa: a new era of strategic engagement**. Columbia University Press, 2023.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.  
GALTUNG, Johan. A Structural Theory of Imperialism. **Journal of Peace Research**, v. 8, n. 2, p. 81-117, 1971.

JAGUARIBE, Hélio. **Autonomia periférica e hegemonia céntrica: teoria e política nas relações internacionais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Kaldor, Mary. 1976. The arms trade and society. **Economic and Political Weekly** 11, no. 5/7.  
Kaldor, Mary. 1977. The Significance of Military Technology. **Bulletin of Peace Proposals** 8, no. 2: 121–23.

KAY, Cristóbal. **Latin American Theories of Development and Underdevelopment**. London: Routledge, 2011.

KLARE, Michael; VOLMAN, Daniel. America, China & the scramble for Africa's oil. **Review of African political economy**, v. 33, n. 108, p. 297-309, 2006.

MATTHEWS, Ron (Ed.). **The Political Economy of Defence**. Cambridge University Press, 2019.

MELESE, Abebe Alemu. The Chinese and American Military Installations in Djibouti: National and Regional Security Implications. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 8, n. 03n04, p. 243-262, 2022.

MKANDAWIRE, Thandika. From Maladjusted States to Democratic Developmental States in Africa. In: EDOUARD, A.; NABUDERE, D. W. (eds.). **Reclaiming the African State: Overthrowing Neoliberalism**. Dakar. CODESRIA, 2010. p. 59–82.

MUTHANNA, Colonel KA. **Enabling Military-to-Military Cooperation as a Foreign Policy Tool: Options for India**. New Delhi: Knowledge World & United Service Institution of India Centre for Research, 2006.

PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. **The Logic of Comparative Social Inquiry**. New York: Wiley-Interscience, 1970.

PUIG, Juan Carlos. **Doctrina y realidad en la política internacional latinoamericana**. Buenos Aires: GEL, 1980.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A teoria da dependência nos estudos de paz e de defesa. **Conjuntura Internacional**, 2023.

SAINT-PIERRE, Héctor; DE ASSIS, Jonathan. Da essência da tecnologia à dependência estratégica: uma agenda para os Estudos de Defesa. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 12, p. 1–23, 2025.

SANTOS, Theotonio Dos. **Dependência e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SANTOS, Theotonio Dos. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SHINN, David H.; EISENMAN, Joshua. **China and Africa: A century of engagement**. University of Pennsylvania press, 2012.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **SIPRI Yearbook 1983: Armaments, Disarmament, and International Security**. SIPRI Yearbook, 1983.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **SIPRI Yearbook 1983: Armaments, Disarmament, and International Security**. SIPRI Yearbook, 1995.

TICKNER, Arlene B. Core, Periphery and (Neo)Imperialist International Relations. **European Journal of International Relations**, v. 21, n. 1, p. 163–187, 2015.

TURTIO, Riina. **State-building and National Militaries in Postcolonial West Africa: Decolonizing the Means of Coercion, 1958–1974**. Woodbridge: James Currey, 2023.

UNITED STATES. **World Military Expenditures and Arms Transfers**, 1987. Washington, D.C.: U.S. Arms Control and Disarmament Agency, 1987.

WENDT, Alexander; BARNETT, Michael. Dependent state formation and Third World militarization. **Review of International Studies**, v. 19, n. 4, p. 321-347, 1993.

WULF, Herbert. Dependent Militarism in the Periphery and Possible Alternative Concepts. In: NEUMAN, Stephanie; HARKAVY, Robert (Eds.). **Arms Transfers in the Modern World**. New York: Praeger, 197